ATOS ASSINADOS PELA SENHORA CHEFE DA POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS 81.236 - no uso de suas atribuições, remove, a pedido, nos termos do inciso I do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, conforme proposição da Corregedoria-Geral de Polícia, constante no processo SEI 1510.01.0099694-2024-84, Danielle Durães Altaf Silva, Delegada de Polícia, nível Especial, Masp 1.145.036-8, para prestar serviços na Corregedoria-Geral de Polícia Civil, procedente do 1º Departamento de Polícia Civil Belo Horizonte.

81.237 - no uso de suas atribuições, nos termos do inciso I do art. 22 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, dispensa, a pedido, conforme processo SEI 1510.01.0099798/2024-89, Danielle Durães Altaf Silva, Delegada de Polícia, nível Especial, Masp 1.45.036-8, de responder pelo expediente da Coordenação Especial do 1º Departamento de Polícia Civil Belo Horizonte.

81.238 - no uso de suas atribuições, remove, a pedido, nos termos do inciso I do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, conforme processo SEI 1510.01.0099753/2024-43, Cinara da Rocha e Santos Lima, Delegada de Polícia, nível Especial, Masp 1.188.477-2, para prestar serviços no 1º Departamento de Polícia Civil Belo Horizonte, procedente da Delegacia Regional de Polícia Civil Sul/ 1º Depto. Belo Horizonte.

81.239 - no uso de suas atribuições, nos termos do inciso I do art. 22 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, designa, conforme processo SEI 1510.01.0099753/2024-43, Cinara da Rocha e Santos Lima, Delegada de Policia, nivel Especial, Masp 1.188.477-2, para responder pelo expediente da Coordenação Especial do ¹º Departamento de Policia Civil Belo Horizonte, dispensando-a de responder pelo expediente da Delegacia Regional de Policia Civil Sul/ 1º Depto. Belo Horizonte.

81.240 - no uso de suas atribuições, remove, a pedido, nos termos do inciso I do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, Elisa Moreira Caetano Ribeiro de Lima, Delegada de Polícia, nível Especial, Masp 1.237.803-0, para prestar serviços na Delegacia Regional de Polícia Civil Sul/ lº Depto. Belo Horizonte, procedente do Gabinete da Chefia da Polícia Civil

81.241 - no uso de suas atribuições, nos termos do inciso I do art. 22 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, designa Elisa Moreira Caetano Ribeiro de Lima, Delegada de Polícia, nível Especial, Masp 1.237.803-0, para responder pelo expediente da Delegacia Regional de Polícia Civil Sul/ 1º Depto. Belo Horizonte.

81.242 - no uso de suas atribuições, nos termos do inciso I do art. 22 e em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 109 ambos da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, dispensa, conforme proposição da Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária, constante no processo SEI 1510.01.0099546/2024-06, João Augusto Ferraz de Araújo, Delegado de Polícia, nível Especial, Masp 1.238.036-6, de responder pelo expediente da Delegacia Regional de Polícia Civil Nanuque/15º Depto. Teófilo Otoni.

81.243 - no uso de suas atribuições, remove, a pedido, nos termos do inciso 1 do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, conforme processo SEI 1510.01.0099676/2024-85, Michelle Valéria Manzalli Campos, Delegada de Polícia, nível Especial, Masp 1.297.006-7, para prestar serviços na Chefia-Adjunta da Polícia Civil, procedente do Gabinete da Chefia da Polícia Civil.

81.244 - no uso de suas atribuições, remove, a pedido, nos termos do inciso I do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro inciso I do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, conforme processo SEI 1510.01.009899/7.024-85, Francione Tavares Lopes Fintelman, Delegada de Polícia, nível Especial, Masp 1.331.388-7, para prestar serviços na Assessoria de Apoio Administrativo/ Gabinete da Chefia da Polícia Civil, procedente da Corregedoria-Geral de Polícia Civil.

81.245 - no uso de suas atribuições, remove, a pedido, nos termos do inciso 1 do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, por motivação e fundamentação conforme processo SEI 1510.01.0096426/2024-50, exaradas no bojo do Memorando.PCMG/ASSJUR.nº 373/2024, Luciana Soares Libório, Delegada de Policia, nível Especial, Masp 1.331.471-1, para prestar serviços na Delegacia Adida ao Juizado Especial Criminal Belo Horizonte/ 1º Depto., procedente da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher Nova Lima/ DRPC Nova Lima/ 3º Depto. Vespasiano.

81.246 - no uso de suas atribuições, concede licença por motivo de doença em pessoa da familia, nos termos do art. 59, inciso II e art. 65, § 1º da Lei nº 129, de 8 de novembro de 2013, a Alessandra Machado Ramos, Escriy período de 1 (um) dia, a contar de 23/04/2024.

81.247 - no uso de suas atribuições, remove, a pedido, nos termos do inciso 1 do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, em atenção ao Oficio nº 531/2024 - PGJMG/PGJAA/DG/GGP-GESTAO, conforme processo SEI 1510.01.0083750/2024-86, Jader Rodrigo Selleri de Souza Dutra, Ecrivão de Policia, nivel II, Masp 1.340.646-7, para prestar serviços na Assessoria de Relações Institucionais da Chefia da Polícia Civil, procedente da 1º Delegacia de Policia Civil de Juiz de Fora/ DRPC Juiz de Fora/ 4º Depto. Juiz de Fora, e nos termos do art. 137 da Lei nº 23.304, de 30/05/2019, bem como da Instrução Normativa/ CSPC nº 21, de 11.05.2022, mobiliza o servidor para atuar, em caráter exclusivo, junto ao Grupo de Atuação o servidor para atuar, em caráter exclusivo, junto ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO de Juiz de Fora.

81.248 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 81.48 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Eduardo Humberto Campos Borges, Escrivão de Polícia, nível I, Masp 1.562.889-4, lotado na Delegacia de Polícia Civil Tupaciguara/ DRPC Araguari/ 9º Depto. Uberlândia, redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 6 (seis) meses.

81.249 - no uso de suas atribuições, nos termos do inciso I do art. 22 81.249 - no uso de suas atribuições, nos termos do inciso 1 do art. 22 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, em atenção ao Oficio nº 1719/2024/GAB-SENASP/SENASP/MJ, prorroga, nos termos do art. 137 da Lei nº 23.304, de 30.05.2019, bem como da Instrução Normativa/ CSPC nº 21, de 11.05.2022, a mobilização do servidor Thiago Assunção Setubal, Investigador de Polícia, nível II, Masp 1.112.733-9, para, no exercício das funções de seu cargo efetivo, dar continuidade às atividades junto à Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública, no período de 14/06/2024 até 31/12/2024.

81.250 - no uso de suas atribuições, concede licença por motivo de doença em pessoa da familia, nos termos do art. 59, inciso II e art. 65, § 1º da Lei nº 129, de 8 de novembro de 2013, a Jéssica Santos Francisco, Investigadora de Polícia, nivel II, Masp 1 24.2529-4, lotada na Delegacia Regional de Polícia Civil Varginha/ 6º Depto. Lavras, pelo período de 3 (três) dias, a contar de 22/04/2024.

81.251 - no uso de suas atribuições, remove, a pedido, nos termos do inciso III do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, conforme proposição da Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária, constante no processo SEI nº 1510.01.0051230/2024-82, Wellington José Bosco de Oliveira Júnior, Investigador de Polícia, nível II, Masp 1.242.930-4, para prestar serviços na Delegacia Regional de Polícia Civil Barbacena/ 13º Depto. Barbacena, procedente da Delegacia de Polícia Civil de Mercês/ DRPC Ubá/ 4º Depto. Juiz de Fora.

81.252 - no uso de suas atribuições, nos termos do inciso IV do art. 22 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, em atenção ao Oficio n.º 19/2024/GAB, constante no processo SEI nº 1510.01.0064180/2024-20, prorroga, nos termos do art. 137 da Lei nº 23.304, de 30.05.2019, bem como da Instrução Normativa/ CSPC nº 21, de 11.05.2022, a mobilização do servidor Ávaro Eugênio Áraújo Júnior, Investigador de Polícia, nível I, Masp 1.411.749-3, para, no exercício das funções de seu cargo efetivo, dar continuidade às atividades junto à Força Tarefa de Segurança Pública de Uberlândia, no período de 17/09/2024 até 31/12/2024.

81.253 - no uso de suas atribuições, concede licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do art. 59, inciso II e art. 65, § 1º da Lei nº 129, de 8 de novembro de 2013, a Monise Ferretti Automare Passos, Investigadora de Polícia, nível I, Masp 1.458.380-1, lotada no 4º Departamento de Polícia Civil Juiz de Fora, pelo período de 2 (dois) dias, a contar de 15/04/2024.

81.254 - no uso de suas atribuições, remove, a pedido, nos termos do inciso I do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, em atenção ao Oficio nº 517/2024 - PGJMG/PGJAA/DG/SGP-GESTAO, conforme processo Sei 1510.01.0083653/2024-86, Douglas de Almeida, Investigador de Polícia, nível I, Masp 1.480.244-1, para de Almeida, investigador de Policia, invet, i, Maspi 7-60,244-1, para prestar serviços na Assessoria de Relações Institucionais da Chefia da Polícia Civil, procedente do 4º Departamento de Polícia Civil Juiz de Fora, e nos termos do art. 137 da Lei nº 23.304, de 30/05/2019, bem como da Instrução Normativa/ CSPC nº 21, de 11.05.2022, mobiliza o servidor para atuar, em caráter exclusivo, junto ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO Visconde do Rio Branco

03 1936361 - 1

CORREGEDORIA-GERAL DE POLÍCIA CIVIL

CORREGEDORIA-GERAL DE POLÍCIA CIVIL PRIMEIRA PUBLICAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
O Presidente da 4º Comissão Processante Permanente, Delegado de Policia Rodrigo Baptista Damiano, designado pela Portaria nº 177/
CGPC/2023, do senhor Corregedor-Geral de Policia Civil, publicada no "Minas Gerais" do dia 22/08/2023, para promover a instrução do Processo Administrativo nº 277.681, em cumprimento ao dispositivo do artigo 180, § 2º, da Lei Estadual nº 5.406/69, assim como pelos motivos expostos nos autos, NOTIFICA pelo presente Edital o servidor GABRIEL DE OLIVEIRA E SILVA REIS, Escrivão de Policia, nível II, Masp 1.289.911-8, do agendamento de audiência para audição de testemunhas, bem como do seu interrogatório, para o dia 20 (vinte) de maio de 2024, às 14h, na sede da Corregedoria-Geral de Polícia Civil, situada à Av. João Pinheiro, nº 417 bairro Boa Viagem em Belo Horizonte/MG, que apura as transgressões disciplinares insculpidas nos Artigos 144, III c/c Art. 149 c/c Art. 150, XXXI c/c Art. 151, III c/c Art. 152 § 2º, IV c/c Art. 158, I § 1º, todos da Lei Estadual nº 5.406/69, que podem ensejar aplicação da pena de demissão. O processo em questão podem ensejar aplicação da pena de demissão. O processo em questão se encontra à disposição para consulta na secretaria desta Comissão, instalada nesta Corregedoria-Geral de Polícia Civil. Dado e passado nesta cidade de Belo Horizonte, aos 02 (dois) dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, Leonardo Avelino Medeiros, Secretário da Comissão que o digitei. Rodrigo Baptista Damiano

Delegado de Polícia Presidente da 4ª Comissão Processante Permanente

Elizabeth de Freitas Assis Rocha Delegada-Geral de Polícia Corregedora-Geral de Polícia Civil

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 211.169/2017.

ACUSADA: WANILZE APARECIDA DA SILVA BERTO, Investigadora de Policia, Masp. 368.825-6.

TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR: Artigo 144, incisos III e VI c/c artigo 149; artigo 150, incisos XXIII, XXV, XXX e XXXIV; artigo 152, parágrafo 2º, incisos I, III e IV artigo158, inciso II; artigo 159, incisos II, VII e IX, todos da Lei Estadual nº 5.406/69.

A Corregedora-Geral de Policia Civil acolheu a proposição da Comissão Processante e reconheceu a extinção da punibilidade da acusada, pela prescrição, determinando o arquivamento dos autos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 233.694/2017. ACUSADO: RODRIGO LUIZ FELIX BORGES, Investigador de Policia, Masp. 1,161,973-1. TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR: Artigo 144, inciso III; c/c artigo

148, inciso VII c/c artigo 149; artigo 150, incisos X e XXIII c/c artigo 158, inciso II c/c artigo 159, incisos III e IX, todos da Lei Estadual n.º 5.406/69

A Corregedora-Geral de Polícia Civil, acolheu, integralmente, a proposição da Comissão Processante e, determinou o arquivamento dos autos, haja vista a perda do interesse de agir da Administração Pública quanto à persecução do objeto no caso sub oculi; ressalvando o eventual guario a persecução do objeto no caso sub ocur, ressaivando o e surgimento de fato novo que justifique a retomada da instrução Belo Horizonte, 03 de maio de 2024. Elizabeth de Freitas Assis Rocha

Delegada-Geral de Polícia Corregedora-Geral de Polícia Civil

03 1936225 - 1

# Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais

Comandante-Geral: Cel. Erlon Dias do Nascimento Botelho

### **Expediente**

5° BBM - ATO 6702 - PEDIDO DE BAIXA DO SERVIÇO ATIVO 5° BBM - AIO 6'702 - PEDIDO DE BAIXA DO SERVIÇO ATIVO - O Coronel BM Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar De Minas Gerais, no uso de suas atribuições regulamentares, nos termos do inciso III, artigo 1°, do Decreto n° 40.874, 18Jan00, alterado pelo Decreto n° 46.683, de 19Dez14 e observadas as disposições constantes no artigo 187, parágrafo único, Decreto n° 57.654, de 20Jan66, e no artigo 188 da Lei n° 5.301, de 16Ou169, bem como a APTIDÃO pericial conferida pelos Pareceres (87389586;87389670), resolve CONHECER o pedido de baixa do serviço ativo, conforme requerimento (87387015); EXCLUIR o militar n° 182.347-5, Sd BM Ullisses Augusto de Lima Carvalho, lotado no 5° BBM/1° Cia/6° Pel, brasileiro, inscrito no CPF sob o número xxx. 391.356xx, das fileiras do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais a partir de 30 de abril de 2024 e TRANSFERI-LO para a reserva não remunerada.

Erlon Dias Do Nascimento Botelho Coronel BM Comandante-Geral

03 1936154 - 1

# Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretário: Thales Almeida Pereira Fernandes

#### Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Diretor-Geral: Antônio Carlos de Moraes

ATO 325/2024 - O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária ATO 325/2024 - O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, inciso III, do Decreto nº 47,859, de 07/02/2020, REGISTRA AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alinea "b" do art. 201 da Lei n. ° 869/1952, a servidora ROSALIA VILELA MARTINS, masp 1017313-6, por 08 (oito) dias a partir de26/04/2024.

Antônio Carlos de Moraes

Diretor Geral

O Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária exonera, nos termos do art. 106, alínea "b", da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, NATÁNIEL DINIZ NOGUEIRA, MASP 901023-2, do cargo de provimento em comissão DAI-4 IM1100119, a contar de 01/05/2024.

#### Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig

Presidente: Nilda de Fátima Ferreira Soares

AUTORIZAÇÃO PARA VIAGEM INTERNACIONAL A Diretora-Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG, Nilda de Fátima Ferreira Soares, no uso de suas atribuições, autoriza a funcionária abaixo relacionada, em exercício atribuições, autoriza a funcionária abaixo relacionada, em exercício na Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG, a ausentar-se integralmente do pais, no período de 04/05/2024 a 24/05/2024, para participar de visita técnica nas cidades de Lisboa, Beja, Porto, Vila Real, Faro, Bragança e Cascais em Portugal, sendo que o pagamento das despesas vinculadas serão custeados com recursos do CNPq. com ônus limitado para a Empresa, ficando vedado o pagamento de demais despesas vinculadas a mesma: Maria Regina de Miranda Souza – Matr. 008164.

Nilda de Fátima Ferreira Soares
Diretora-Presidente

03 1936272 - 1

## Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Secretário: Leônidas José de Oliveira

#### **Expediente**

RESOLUÇÃO SECULT Nº 24, 03 DE MAIO DE 2024 Dispõe sobre a substituição de membro da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão nº 06/2020 firmado entre o Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo e o

Instituto Cultural Filarmônica O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 93, \$1°, inciso III da Constituição do Estado de Minas Gerais, e, considerando disposto no Art. 76 da Lei n°23\_081/2018, Art. 54 do Decreto n°47.553/2018 e item 6.1.14 da Cláusula Sexta do Contrato de Gestão n°06/2020, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, representado pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo e a Organização Social Instituto Cultural Filarmônica – ICF,

Instituto Cultural Filarmônica – ICF,
RESOLVE:
Art. 1° - Substituir na Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão
n° 06/2020, firmado entre o Estado de Minas Gerais por intermédio da
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais-SECULT/
MG e o Instituto Cultural Filarmônica-ICF, o seguinte membro:
1 - Wallace Rocha Armani, CPF n° \*\*\*32.566\*\*, por João Michel
Daniel Ferreira CPF: \*\*\*.068.346-\*\* como representante do Conselho
Estadual de Política Cultural-CONSEC.
Art. 2° - A composição integral que a comissão passará a apresentar com
a substituição a ser realizada será:
1- Gabriela dos Santos Ribeiro, MASP 753.017-3, representante da
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;
II- Nayara de Castro Dias, Masp 752731-0, representante da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo;
III- Joaquim Barreto Guimarães, CPF n°. \*\*\*.790.976-\*\*, representante
do Instituto Cultural Filarmônica;
IV- João Michel Daniel Ferreira CPF: \*\*.068.346-\*\*, representante
do Conselho Estadual de Política Cultural;
V- Sânia Veriane Pereira de Almeida, CPF n°. \*\*\*.995.566-\*\*, como
especialista da área objeto da parceria.
Art. 3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Belo Horizonte, 03 de maio de 2024.
LEÔNIDAS JOSE DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais RESOLVE:

### Fundação Clóvis Salgado - FCS

Presidente: Sérgio Rodrigo Reis

O Presidente da Fundação Clóvis Salgado exonera, nos termos do art. 106, alínea "b", da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, MIGUEL FONTES DE GOUVEA VASCONCELOS, MASP 14655618-5, do cargo de provimento em comissão DAI-22 CS1100260.

O Presidente da Fundação Clóvis Salgado exonera, nos termos do art. 106, alinea "b", da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, IZÁBELA OLINDA DE SOUZA AARÃO, MASP 1574232-3, do cargo de provimento em comissão

O Presidente da Fundação Clóvis Salgado nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do art. 1º, § 2º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, IZABELA OLINDA DE SOUZA AARÃO, MASP 1574232-3, para o cargo de provimento em comissão DAI-22 CS1100220, de recrutamento amplo, para chefar a GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS.

O Presidente da Fundação Clóvis Salgado nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do art. 1º, § 2º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, GRAZIELE APARECIDA DO CARMO OLIVEIRA VIANA, para o cargo de provimento em comissão DAI-9 CS1100153, de recrutamento amplo.

O Presidente da Fundação Clóvis Salgado, nos termos do art. 13 da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007 e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, atribui a VITOR OLIVEIRA CARDOSO DE MIRANDA, MASP 1457650-8, da Diretoria Cultural, a gratificação temporária estratégica GTEI-2 CS1100217.

#### Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop

Presidente: Jefferson da Fonseca Coutinho

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO/FAOP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, registra afastamento por motivo de luto, nos termos da aliena "b" do art.201 da Lei 869 de 05/07/1952, por 08 (oito) dias consecutivos ao servidor Renard de Jesus Taveira Lana, MASP 1.444.489-7, a partir de 12.04.2024.

Ouro Preto, 02 de maio de 2024. Jefferson da Fonseca Coutinho Presidente Fundação de Arte de Ouro Preto|FAOP

## Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Secretário: Fernando Passalio de Avelar

#### Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig

Presidente: Carlos Alberto Arruda de Oliveira

ATO DO SENHOR PRESIDENTE ATO DO SENHOR PRESIDENTE

O Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas
Gerais, no uso de suas atribuições, exonera, a pedido, nos termos
artigo 106, alinea "a", da Lei n" 869, de 5 de julho de 1952,
Alessandra Aguiar da Silva Melo, MASP 1147329-5, do cargo de
provimento efetivo de Gestor em Ciência e Tecnologia, Nivel II, Grau
D, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais –
FAPEMIG, a contar de 29/04/2024.

(A) Prof. Dr.Carlos Alberto Arruda de Oliveira Presidente da FAPEMIG

03 1935934 - 1

PORTARIA FAPEMIG PRE Nº 013/2024

Instaura Tomada de Contas Especial em face da reprovação integral da prestação de contas do Projeto TCT-21.15/2015 e dá outras

da prestação de contas do Projeto TCT-21.15/2015 e dá outras providências.

O Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 10, inciso V, do Decreto Estadual Nº 47.931, de 29 de abril de 2020, e suas alterações, atendendo ao disposto no artigo 47, inciso II, da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008 e nos artigos 2º e 8º da Instrução Normativa nº 03/2013 do Tribunal de Contas do Estado; e considerando os apontamentos do Relatório de Medidas Administrativas FAPEMIG/GMR (80538359) e Decisão emitida pela autoridade competente (80131208 e 80818965).

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Tomada de Contas Especial para apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano ao erário, em face do projeto TCT-21.15/2015, firmado em 19 de novembro de 2015 (62694337) e publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 20 de novembro de 2015, tendo como objeto a execução do projeto "Concessão de Bolsas para o Programa Minas Digital".

Art. 2º - Designar Comissão de Tomada de Contas Especial para promover a apuração dos fatos, a identificação do se responsáveis, a quantificação do dano ao erário, a formalização e a instrução do procedimento e a emissão do Relatório do Tomador de Contas, nos termos da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas de Stado de Minas Gerais.

Art. 3º - A Comissão de Tomada de Contas Especial para providências, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias úteis, nos termos da Instrução do Tomador de Contas, no termos da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008, At. 3º -A Comissão de Tomada de Contas se refere o art.

Contas do Estado de Minas Gerais.
Art. 3º - A Comissão de Tomada de Contas Especial a que se refere o art.
2º será composta pelos seguintes seguintes especiales. Art. 37 - A Comissão de Tomada de Contas Especial a que se retere o ar-2º será composta pelos seguintes servidores, lotados na Coordenação de Processo Administrativo Sancionadores e de Tomada de Contas Especial (CPT), sendo presidida pela primeira, a qual será substituída pela segunda nas ausências e nos impedimentos: 1 - Angelita Aparecida Alves, Gestor Governamental – MASP 1.306.360-7;

1.306.360-7;
II - Renata Carvalho Pinto Coelho, Gestor em Ciência e Tecnologia —
MASP 1.171.352-6.
III - Adriana Alves de Souza, Técnico em Atividade de Ciência e
Tecnologia - MASP 1.186.791-8;
IV - Rosana Aparecida Gomes, Técnico em Atividade de Ciência e
Tecnologia - MASP 1.167.126-0;
Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Belo Horizonte, 03 de maio de 2024.
Prof. Carlos Alberto Arruda de Oliveira, PhD
Presidente

03 1935937 - 1

## Junta Comercial do Estado de **Minas Gerais - Jucemg**

A Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no A Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições delegadas pela Resolução da Presidente da Jucemg nº RD 002/2023, REGISTRA A ALTERAÇÃO DE GRAU, a fim de regularização funcional, por não ter sido publicado à época, referente ao servidor Masp 1047168-8, LAURO DE JESUS FILGUEIRAS, nos termos do Decreto nº 21.099 de 19/12/1980 e ainda o Art. 8º, da Lei nº 11.456 de 25/04/1994, referente ao cargo de Agente de Administração, Nível II, Grau C, a partir de 03/08/1996.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2024.

Marinely de Paula Bomfim.

Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

## Secretaria de Estado de **Desenvolvimento Social**

Secretária: Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

## **Expediente**

ATOS DA SENHORA DIRETORA
CONCEDE LICENÇA À GESTANTE, nos termos do inciso XVIII do
art. 7º da CR/1988, à servidora LIVIA NICOLI DE SOUZA ALENCAR
FUJIOKA, MASP 1484530-9, admissão 01, por um período de 120
(cento e vinte) dias, a partir do 8/04/2024.
Registra AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO, nos termos
da alinea "b" do art. 201 da Lei n.º 869/1952, entre 19/04/2024 e
26/04/2024, ao(à) servidor(a) LILIAN VILELA TAVARES, MASP
1548273-0, admissão 01, a partir de 19/04/2024.
RETIFICA O Ato que CONVERTE FÉRIAS - PRÊMIO EM
ESPÉCIE,nos termos do art. 117, do ADCT da CE/1989, ao
servidor:Masp 929404-2 Maria Aparecida de Souza Gonçalves onde
- se lê o saldo de 03 meses, leia-se 05 meses do cargo Assistente de
Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento V F com publicação
em 25.04.2024.

em 25.04.2024. AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/4/2003, aos

servidores:
Masp1324458-7 DANIEL BRUNO NERY DA SILVA, referente ao l'oquinquenio concede 03 meses de férias prêmio a partir de

01.10.2024.

MaSP 929154-3 MARLENE DA COSTA DE MORAES, referente ao 7º quinquenio concede 15 dias a partir de 19.08.2024.

MaSP 929154-3 MARLENE DA COSTA DE MORAES, referente ao 7º quinquenio concede 15 dias a partir de 18.11.2024.

Belo Horizonte,03 de maio de 2024

Anna Cristina Rodrigues Avila Costa

Diretora de Recursos Humanos

